



Palestra Nacional

AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: PONTUAÇÕES EMERGENTES E SOLICITAÇÕES NECESSÁRIAS

Maria Alice de Miranda Aranda - UFGD*

Resumo: O presente texto traz para debate e reflexão os temas “avaliação e qualidade”, considerados em articulação no campo da educação, cujas pontuações emergentes e solicitações recorrentes nos e para os sistemas educacionais e escolas públicas de educação básica são cruciais, considerando que num tempo de implementação de um Plano Nacional de Educação no Brasil (2014-2024), complexidades estão postas, frente à problemática da democracia vivenciada pelos brasileiros e a pandemia em nível mundial decorrente da covid-19. Em suma, a avaliação educacional emancipadora e transformadora em articulação com a qualidade socialmente referenciada tem relação com um determinado projeto de nação. Para tanto, a tentativa é para pelo menos se aproximar do horizonte pretendido, que novas bases comecem a ser edificadas, mesmo que nos interstícios de um sistema capitalista. A tarefa está posta para todos os pesquisadores, gestores da educação, educadores em geral, desde que empenhados na promoção humana e social de todos, sem exceções, com vistas a uma sociedade democrática.

Palavras-chave: Avaliação Educacional. Educacional. Qualidade Social. Projeto de Educação.

Introdução

O objetivo do texto, base para apresentação no IV Colóquios de Políticas e Gestão: avaliação e qualidade da educação no Brasil, neste ano de 2023, na Universidade Federal de São Carlos – *Campus* de Sorocaba, é trazer para debate e reflexão os temas “avaliação e qualidade”, considerados em articulação no campo da educação.

São temas cujas pontuações emergentes e solicitações recorrentes nos/as e para os sistemas educacionais e escolas públicas de educação básica são cruciais, considerando que num tempo de implementação de um Plano Nacional de Educação no Brasil (2014-2024), complexidades estão postas, frente a problemática da democracia vivenciada pelos brasileiros e, ainda, a presença de uma pandemia em nível mundial decorrente da covid-19, que ainda persiste. São temas presentes nas pesquisas desta autora/palestrante na Linha de Pesquisa “Políticas e Gestão da Educação”.

No ano de 2019, com a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República, os primeiros 100 dias de governo com um grande ato público, denominado de “revogaço”, 250 atos

* Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), pelo PNPd/CAPES, sob a supervisão do Prof. Dr. Antônio Bosco de Lima. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Professora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Participa dos Grupos de Estudos e Pesquisa “Estado, Política e Gestão da Educação - GEPGE” e “Conselhos Municipais da Educação no Brasil - GEP CMEBr”.



normativos, a exemplo do Decreto nº 8.243, de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Também as instâncias colegiadas da administração pública federal passam a ter sua proliferação controlada, como informa o Congresso em Foco (2020). Tais iniciativas marcaram o período até 2022 em todos os âmbitos e níveis da educação brasileira, trazendo retrocessos para a política e para a gestão educacional. Considerando o objeto de estudo deste texto, cabem muitos questionamentos e reflexões nesses novos tempos em que está colocada a possibilidade de retomadas de um contexto de fragilização vivenciado nas instâncias democráticas em nível nacional e avançar de modo a garantir a avaliação educacional transformadora e emancipadora articulada a qualidade socialmente referenciada.

Sobre a pandemia da covid-19, doença de proporção mundial, ocasionada pelo vírus Sars-CoV-2 (Síndrome Respiratória Aguda Grave – coronavírus 2), declarada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), cuja medida preventiva mais eficaz foi o distanciamento social. A covid-19 tornou-se a principal causa de morte no país, liderando este *ranking* por 20 meses no biênio 2020/2021, alcançando o auge em março de 2021, mas, ainda hoje, presente e controlada pela vacina que tardiamente chegou ao Brasil, mas que vem amenizando a vida das pessoas.

E foi nesse cenário pandêmico em 2020 que os sistemas educacionais de todo o mundo precisaram reordenar totalmente suas formas de ensinar, planejar e avaliar e buscar condições para que a qualidade almejada por educadores comprometidos com a educação, não fosse prejudicada. Nesses termos e frente às emergências impostas, tanto pelo retrocesso da democracia como pela pandemia está em evidência a necessidade de construção de estratégias com vistas a discutir a avaliação e a qualidade da educação no Brasil, de modo a dar conta de pontuações emergentes e solicitações necessárias.

Como ponto de partida para a reflexão sobre o objeto em pauta, entendendo a educação com fundamentos numa concepção histórico-crítica, com base, também, na tendência pedagógica denominada “crítico-social dos conteúdos” está a urgência de que a avaliação e a qualidade pretendidas precisam ser reaprendidas, vez que tomam como método e como procedimento a necessidade do conhecimento científico acumulado pela humanidade e junto a este conhecimento, ensinar a vivência democrática.

Falar em avaliação e qualidade da educação e sabendo que a origem de todas as formas, tipos e concepções de avaliação em larga escala está, como ponto de partida, na ação da escola, faz-se menção à letra da Música “Estudo Errado” de Gabriel, o pensador. O rapper Gabriel, o Pensador, causou polêmica em 1995 com a música “Estudo Errado”, em que questiona a própria avaliação, bem como o formato e o conteúdo das aulas, colocando como



distantes da realidade fora das salas de aula. Mas, será que a mensagem presente na letra da música, está de toda errada? A reflexão intencionada ao mencionar a referida música objetiva mostrar que quando o “ensinar” se aparta do “educar”, a própria avaliação da aprendizagem fica prejudicada. Fica o convite para pensar o teor da palestra.

Avaliação Educacional

O termo avaliação educacional traz a compreensão de um olhar mais amplo sobre o ato de avaliar e cabe ressaltar que a avaliação em larga escala (por meio de ações como o SAEB, ENEM ENSEJA, ENADE, CENSO ESCOLAR, PROVA BRASIL, PROVINHA BRASIL, ANA, IDEB)), a avaliação dos Sistemas Educacionais (MEC, Secretarias de Educação) e avaliação escolar e do desempenho da aprendizagem e do ensino, inclusive esta última está posta como ponto de partida para as demais. Os tipos de avaliação em destaque neste texto são: avaliação em larga escala (sistemas de avaliação, sistemas de testes comparativos internacionais); avaliação institucional (interna, externa, mista); avaliação do rendimento escolar (fluxo, aproveitamento, desempenho cognitivo).

Em linhas gerais, o sentido da avaliação é fornecer informações relevantes incluindo alternativas que subsidiem diretamente a tomada de decisão e a ação, de modo a permitir escolhas e dar norte para o planejamento educacional e escolar; é fornecer informações relevantes incluindo alternativas que subsidiem diretamente a tomada de decisão e a ação, de modo a permitir escolhas e dar norte para o planejamento educacional e escolar.

A avaliação é uma prática sempre em ampliação, disseminada no Brasil e no mundo e pode ser formal e informal. No aspecto formal se materializa por provas, questionários, entrevistas, relatórios, auditorias, índices e no aspecto informal se dá por observações casuais, julgamento subjetivo, normas intuitivas. Consiste em medir e avaliar. Medir no sentido de determinar atributos, segundo determinadas regras, para caracterizar posição. Pode permitir comparação, seleção e até competição. O medir também é avaliar no sentido de julgar (apreciar mérito e valor) e orientar para a ação.

No caso da avaliação da aprendizagem, são questões primordiais: 1 - Para que avaliar? 2 - O que avaliar? 3 - Como avaliar? No que concerne à questão número **1- Para que avaliar?** Avalia-se para conhecer o aluno (o que ele sabe, o que ele ainda não sabe, mas necessita saber (mínimos necessários), que dificuldades ele tem que superar. Avalia-se para programar o ensino (identificar o que é necessário ensinar, ordenar as prioridades, planejar o ensino, definir os objetivos, selecionar os conteúdos, estabelecer os procedimentos, escolher os recursos didáticos, distribuir o tempo, organizar a intervenção didática. Avalia-se para acompanhar a execução (controlar a intervenção frente às necessidades dos aluno e

replanejar. Avalia-se para informar (o aluno sobre seus avanços e seus próximos desafios, a família sobre os avanços, as dificuldades e os desafios que se colocam para o aluno, para a escola e demais instâncias responsáveis, sobre os resultados e dificuldades. E, ainda, para orientar o processo de avanço na escolarização (aprovação, reprovação, necessidade de recuperação).

Quanto a questão número **2 – O que avaliar?** Avalia-se conhecimentos: conceitos

e informações dos componentes curriculares; as habilidades: cognitivas, psicomotoras e sócio-afetivas específicas de cada componente curricular; as atitudes: as implicadas nos conhecimentos e nas habilidades de cada componente curricular.

E, por fim, a questão número **3 – Como avaliar?** Avalia-se por meio da observação e de instrumentos: fichas, anotações, relatórios; por meio do controle de desempenho na realização de atividades; por meio de instrumentos: provas, relatórios de pesquisas, demais atividades propostas inter e extra-sala de aula; por meio de testagem a exemplo de instrumentos: provas orais e escritas (dissertativas e objetivas).

Em síntese, avalia-se para diagnosticar (Avaliação Diagnóstica), esta de caráter pedagógico; para controlar o processo (Avaliação Formativa), esta de caráter pedagógico; para controlar o resultado (Avaliação Somativa), esta de caráter administrativo; para informar sobre processo e resultado, esta é de caráter social.

Dentre as muitas funções da avaliação, faz-se destaque para a função diagnóstica, reguladora, indutora e emancipadora. A função diagnóstica permite conhecer e compreender a realidade e informar a deliberação e decisão, precede o planejamento; a função reguladora, de caráter externo à escola, controla resultados e aquilata relações de: custo-benefício, custo-efetividade e é, também, autorreguladora; a função indutora visa Instigar a adoção de atitudes, comportamentos e valores, bem como estimular a reprodução de modelos; a função transformadora, como o próprio termo diz, possibilita promover transformações no contexto, no processo, nos resultados e nas consequências; e a função emancipadora que oportuniza a promoção da ação autônoma e o autoaprimoramento.

São aspectos da avaliação: condições prévias, processo, desempenho, resultados e efeito, e, ainda, indica definições para a indicação de padrões, patamar e metas e gera indicadores, tanto os quantitativos, quanto os qualitativos. Saliencia-se que a avaliação pode ser entendida sob vários fundamentos teóricos: o mero tecnicismo, o conservadorismo, o pragmatismo ou pelo viés da criticidade, da emancipação e da transformação. Neste ponto a pergunta é: Quais usos se faz em direção a uma avaliação emancipadora e transformadora?

[...] a questão do uso dos resultados adquire uma nova dimensão. Em que medida a implantação dos sistemas de avaliação tem sido capaz de induzir



autorreflexão no âmbito do sistema como um todo e, em particular, na escola? Ou, ainda, em que medida tem sido capaz de provocar alteração na lógica de formulação e implementação de políticas educacionais e nas práticas escolares? (SOUSA; OLIVEIRA, 2010, p.798).

São questões que precisam ser estudadas, pesquisadas e entendidas e segundo Gatti (2007, p. 4) é “[...] é necessário complementar a visão de qualidade de sistemas educacionais com outro conjunto de fatores que ampliam a perspectiva sobre a dinâmica destes sistemas, trazendo contribuição possivelmente mais efetiva para cada escola. As avaliações executadas têm trazido dados para tanto, porém eles não têm sido suficientemente divulgados e discutidos, em integração com os resultados das provas, mantendo-se a visão de qualidade apenas associada ao rendimento escolar estrito”.

Luckesi (1996, p.80) analisa que “a avaliação se destina ao diagnóstico, e, por isso mesmo à inclusão [...]. Infelizmente, por nossas experiências histórico-sociais e pessoais, temos dificuldades em assim compreendê-la e praticá-la. Mas... fica o convite a todos nós”.

Qualidade da Educação

O tema da qualidade da educação em articulação com a avaliação, com vistas a incitar discussões sobre a possibilidade de concretização de uma qualidade socialmente referenciada se faz imprescindível. Como todos os temas presentes na categoria “Educação”, o tema da qualidade na educação não está imune a entendimentos dúbios, incertos, imprecisos, servindo a interesses vários. É preciso buscar compreendê-la em relação à totalidade das relações sociais, com base em uma concepção “histórico-social”. Por este caminho é possível visualizar possibilidades de um projeto de sociedade, de educação e de avaliação sustentado por uma qualidade socialmente referenciada.

Aranda e Lima elaboraram em 2014 artigo intitulado “O Plano Nacional de Educação e a busca pela qualidade socialmente referenciada”, quando da aprovação do PNE em vigor. Neste artigo, as autoras registram que o PNE 2014-2024 é composto por 14 Artigos, 20 Metas e 254 Estratégias e que o tema da qualidade da educação e do ensino está explicitado em 2 dos seus 14 Artigos, bem como em 9 das suas 20 metas, abarcando 25 estratégias das 254 que o compõe na totalidade.

A qualidade na educação está relacionada a um conjunto de outros temas presentes nas linhas e entrelinhas desta Lei, como exemplo, política educacional, gestão educacional, gestão escolar, gestão democrática da educação, democracia, cidadania, direito, financiamento da educação, custo aluno, alfabetização na idade certa, qualidade do ensino, qualidade da aprendizagem, qualidade dos insumos pedagógicos. Justifica-se a decisão pelo foco do mesmo considerando que além de assumir centralidade em pesquisas concluídas e em andamento pelas autoras, foi tema de profícuas discussões e debates no processo de elaboração deste PNE em relação à

busca de uma concepção de qualidade socialmente referenciada (ARANDA; LIMA, 2014, p.293).

Além do mais, é preciso saber de qual qualidade se está falando e sob qual perspectiva. De antemão, não se fala da qualidade total, a qualidade dada para atender as características do mercado, mas, se fala em qualidade social, aquela que prima pelo ser humano. É nesta concepção que está o desafio eminente na direção da possibilidade de uma qualidade socialmente referenciada, é nesta e por meio desta que está a oportunidade de desenvolver uma educação que dê conta de atender a diversidade de formas igualitária e justa, não de modo imediato e fácil, frente a problemas estruturais que esperam ainda para serem resolvidos. Neves (1994, p. 24) analisa que “a escola é, ao mesmo tempo, reprodutora das relações sociais de produções capitalistas e espaço de luta de classes para superar estas relações”.

E como espaço de luta é que “a concepção de qualidade precisa estar relacionada a um projeto social que objetiva a promoção humana em detrimento a promoção mercadológica nacional vigente (ARANDA; LIMA, 2014, p. 307). Complementam as autoras:

É com base nessa compreensão que pode pensar não em uma qualidade aberta as conveniências da sociedade vigente, voltada para atender necessidades mercantilistas, individualistas, corporativistas, mas numa qualidade socialmente referenciada no sentido de atender a todos os sujeitos históricos, sem distinção em qualquer aspecto da vida ou âmbito de formação. Mas, como busca-la? [...] importa aqui compreender que apenas anunciar a qualidade de uma ação ou para uma ação, não implica em uma compreensão que demonstre que o significado, o conceito e principalmente a concepção que se busca e que se quer estão evidenciadas. As grandes questões que certamente estão presentes na mente de cada estudioso da educação, de cada pesquisador [...] podem ser as seguintes: qual qualidade? Em qual sentido? Em relação a que e a quem? Qual o significado, o conceito e a concepção almejada da qualidade explicitada para a educação? (Ibid. Ibidem).

Azevedo (2011, p. 411) analisa que um primeiro momento parece que voltar ao tema da qualidade “pode provocar uma sensação de banalidade, de algo simplório, já por demais pensado e/ou problematizado no contexto do campo educacional brasileiro” e explica: “De fato, não se trata de um tema novo ou inovador, capaz de despertar a busca de resposta a questões complexas e desafiadoras. Entretanto, é por isto que pensar sobre ele, a partir das nossas experiências de pesquisa, ganha relevância e importância [...]” (AZEVEDO, 2011, p. 411). Com esta orientação, a autora destaca que:

Em uma definição mais corriqueira, a qualidade é tomada como propriedade, atributo ou condição das coisas ou pessoas, capaz de distingui-las das outras e de lhes determinar a natureza. Isto implica que o conceito de qualidade sempre pressupõe parâmetros comparativos, que permitam a distinção entre o que se julga uma boa ou má qualidade, particularmente quando se focalizam fenômenos sociais. Sendo assim, na condição de um atributo, a



qualidade e seus parâmetros integram sempre o sistema de valores que predominam em cada sociedade, o que significa dizer que sofrem variações de acordo com cada momento histórico e, portanto, de acordo com as circunstâncias temporais e espaciais. Em consequência, por ser uma construção humana, o conteúdo conferido à qualidade está diretamente vinculado ao projeto de sociedade prevalecente em determinadas conjunturas. Como tal, se relaciona com o modo pelo qual se processam as relações sociais, produto dos confrontos e acordos dos grupos e classes que dão concretude ao tecido social em cada realidade (AZEVEDO, 2011, p. 422).

Como se vê, pensar e debater o tema da qualidade não é questão simples. A concepção da qualidade almejada é de difícil alcance, pois a educação, no geral, é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural, política de uma dada sociedade, portanto, é elemento partícipe das relações sociais mais amplas. Entretanto, pode vir a alcançar o almejado, contraditoriamente, para a transformação social provendo meios para a possibilidade de construção de um projeto de nação não delineado pelas malhas capitalistas, cujo centro de tudo é o “econômico”, mas que seja voltado para a promoção humana.

Conclusão: pontuações emergentes e solicitações necessárias

Avaliar significa ver melhor para ir mais longe, mas sob qual ótica de qualidade? O presente texto abordou a avaliação e a qualidade educacional mostrando pontuações decorrentes e solicitações emergentes advindas da articulação presente nesses temas e destacou indicativos para a necessária busca pela qualidade socialmente referenciada para todos e todas.

Uma avaliação educacional que tenha como horizonte a transformação na educação, concebe a educação como um direito de todas e todos, cujo ato de avaliar é entendido como instrumento de proteção do direito à educação. Educação esta como experiência de emancipação, que se materializa pela apropriação da avaliação, portanto, como experiência democrática, como instrumento de democratização da educação e suas relações na sociedade.

Nessa direção, o potencial pedagógico, o potencial político e o potencial social da avaliação está na concepção de qualidade da educação compreendida e assumida e colocada em prática.

Qualidade que é reconhecida na Constituição Federal de 1988 como um direito fundamental, um direito humano, portanto, que implica considerar a própria humanização do homem numa perspectiva de emancipação (DUARTE, 2007; FREITAS, 2008), mas envolta em desafios de várias ordens, considerando diferentes e diferenciados espaços educacionais brasileiros. Desafios estes, quando não superados, podem vir a ignorar o caráter dialético dos fenômenos

humanos e sociais, marcando distância com a busca da almejada qualidade socialmente referenciada, fundamentada na “gestão democrática da educação”.

Dos indicativos ressaltados, pode-se depreender que tanto a avaliação como a qualidade na educação, por serem categorias dinâmicas e complexas, não estão imunes a entendimentos dúbios, incertos, imprecisos, podendo servir a interesses vários. Por isso, é preciso buscar compreendê-las em relação à totalidade das relações sociais, com base em uma concepção “histórico-social”, portanto, crítica. Por este caminho pode-se começar a visualizar possibilidades de um projeto de sociedade, de educação e de ser humano sustentado por uma qualidade socialmente referenciada.

Nessa direção, são pontuações e solicitações para materializar uma avaliação emancipadora e a qualidade socialmente referenciada:

- considerar as dimensões intra e extraescolares, a socioeconômica e a cultural, bem como o custo aluno-qualidade, a qualidade social, a qualidade política, que compreendem fins, valores e ética, processos educativos (práticas curriculares, planejamento pedagógico, processo de participação, dinâmica da avaliação), financiamento público, estrutura e características de cada sistema ou instituição, livre organização sindical, formação inicial e continuada dos profissionais de educação, valorização e planos de carreira, satisfação e engajamento dos diferentes segmentos da educação;
- saber a própria qualidade social requer clareza sobre o processo visível de mercantilização da educação, da redução da prática social a mera condição de serviço e da precarização do trabalho docente;
- analisar que o cenário brasileiro é desigual: desigualdades regionais, estaduais, municipais e locais, normas e redes nem sempre conectadas, diferentes atores (potencialidades individuais e grupais), a dinâmica pedagógica (processo ensino-aprendizagem), o currículo, e a avaliação;
- que os sujeitos do processo educacional incorpore pressupostos críticos acordados pelas forças progressistas nos embates do campo educacional desde os anos 1980;
- superar essa noção que se faz urgente, dentre outros elementos, da necessidade de construção de políticas de avaliação de fato de Estado, voltadas para a qualidade da educação socialmente referenciada para todos.

Em suma, a avaliação educacional emancipadora e transformadora em articulação com a qualidade socialmente referenciada tem relação com um determinado projeto de nação. Para tanto, a tentativa é para pelo menos se aproximar do horizonte pretendido, que novas bases comecem a ser edificadas, mesmo que nos interstícios de um sistema capitalista. A tarefa

está posta para todos os pesquisadores, gestores da educação, educadores em geral, desde que empenhados na promoção humana e social de todos, sem exceções, com vistas a uma sociedade democrática.

Referências

ARANDA, M. A. de M.; LIMA F. R. O Plano Nacional de Educação e a busca pela qualidade socialmente referenciada. *Revista Educação e Políticas em Debate* – v. 3, n.2 – ago./dez. 2014 - ISSN 2238-8346, ago./dez. 2014.

AZEVEDO, J. L. de. Notas sobre a análise da gestão democrática da educação e da qualidade de ensino no contexto das políticas educativas. *RBPAE*. v. 27, n. 3, p. 365-588, set./dez, 2011.

BRASIL. *Lei 13.005, de 25 de junho 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: DF, 2014.

CONGRESSO EM FOCO. *Governo Bolsonaro já eliminou mais de 3 mil decretos em “revogação”*. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/governo-bolsonaro-ja-eliminou-mais-de-3-mil-decretos-em-revogaco/> Acesso em: 19 mai. 2023.

DUARTE, C. S. A educação como um direito fundamental de natureza social. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 28, n. 100 – especial, p. 691-713, out. 2007. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 25 jul. 2014.

FREITAS, D. T. de. *Ação reguladora da União e qualidade do ensino obrigatório (Brasil, 1988-2007)*. *Educar*. Editora UFPR: Curitiba, n. 31, p. 33–51, 2008.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUSA, S. Z.; OLIVEIRA, R. P. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. *Outros Cad. Pesqui.* 40 (141) • Dez 2010 • Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000300007> Acesso em: 19 mai. 2023.